

PARECER Nº 765/2025

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Processo: 32222/2025

Autoria: Dilemário Alencar

Assunto: Projeto de lei “*DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO CONSUMO DE MACONHA EM ÁREAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*”

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei ordinária que tem por finalidade instituir multa por porte e consumo de drogas ilícitas em ambientes públicos, no âmbito do Município de Cuiabá.

Justifica a proposição, em suma, nos seguintes termos:

Em primeiro plano cabe-nos esclarecer que o presente projeto de lei não está dentro da competência privativa da União conforme preconiza o art. 22 da Constituição Federal do Brasil de 1988, portanto não há inconstitucionalidade material, eis que a matéria é de interesse local. Em segundo plano devemos destacar que o presente projeto não está incurso nas matérias de competência exclusiva do Prefeito Municipal de Cuiabá, conforme o art. 27 da Lei Orgânica do Município, pelo que não existe inconstitucionalidade formal.

O projeto não está instruído com pesquisas, estudos, demonstrações financeiras, etc.

É o relatório.

II - EXAME DA MATÉRIA

1. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

Sem delongas, imprescindível mencionar que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, guardião da Constituição Estadual e interprete da conformidade de todas as Leis municipais, decidiu, **1 (um) dia antes do despacho de remessa dos autos à esta comissão, que o Município não pode legislar sobre a matéria, em julgado que questiona a validade de lei com o objeto idêntico ao do projeto em análise:**

DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL N.º 6860/2025 DO



MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA . PROIBIÇÃO DO CONSUMO DE MACONHA EM AMBIENTES DE USO COLETIVO. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRIVATIVA DA UNIÃO. MATÉRIA PENAL E PROCESSUAL PENAL. ART . 22, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. INGERÊNCIA INDEVIDA NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. PROCEDÊNCIA . I. Caso em exame

1. Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Prefeito do Município de Tangará da Serra-MT em face da Lei Municipal n.º 6860/2025, aprovada pela Câmara Municipal de Tangará da Serra-MT, que dispõe sobre a proibição do consumo de maconha em ambientes de uso coletivo no âmbito municipal

II. Questão em discussão

2. A questão em discussão consiste em determinar se a Lei Municipal n.º 6860/2025 incorre em inconstitucionalidade formal e material ao legislar sobre matéria de competência privativa da União e por invadir a esfera administrativa reservada ao Poder Executivo Municipal .

III. Razões de decidir

3. A Lei Municipal n.º 6860/2025, ao estabelecer proibição e sanções administrativas relacionadas ao consumo de maconha, adentra na competência privativa da União para legislar sobre direito penal, conforme dispõe o art . 22, inciso I, da Constituição Federal.

4. A regulamentação sobre drogas, incluindo a cannabis, já se encontra disciplinada pela Lei Federal n.º 11 .343/2006 e pela Portaria n.º 344/1998 da ANVISA, que classificam a cannabis como substância proscriita no Brasil.

5. O legislador municipal extrapolou os limites da competência suplementar prevista no art . 30, inciso II, da Constituição Federal e reproduzida no art. 193, inciso II, da Constituição do Estado de Mato Grosso.

6. A norma impugnada, ao impor obrigações aos responsáveis pelos ambientes de uso coletivo e ao estabelecer sanções administrativas, invade a esfera de atribuições reservada ao Poder Executivo Municipal, violando o princípio da separação dos poderes previsto no art . 2.º da Constituição Federal, no art. 9.º da Constituição do Estado de Mato Grosso e no art . 3.º, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município.

IV. Dispositivo

7 . Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente para



declarar a inconstitucionalidade da Lei Municipal n.º 6860/2025.

Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 2.º, 22, I, 30, I e II; Constituição do Estado de Mato Grosso, arts. 9.º, 193, I e II; Lei Orgânica do Município de Tangará da Serra, arts. 3.º, parágrafo único, 11, 53, § 1.º, II, alíneas c e d, 80, II e VI.

Jurisprudência relevante citada: STF, ADI 7712-MC/REF, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 14/10/2024; TJMT, NU 1001573-39.2024.8.11.0000, Rel. Des. Nilza Maria Possas de Carvalho, Órgão Especial, j. 28/02/2025; TJMT, NU 1015307-28.2022.8.11.0000, Rel. Des. Luiz Ferreira da Silva, Órgão Especial, j. 09/08/2024.

(TJ-MT - DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE: 10165908120258110000, Relator.: GILBERTO GIRALDELLI, Data de Julgamento: 16/09/2025, Órgão Especial, Data de Publicação: 16/09/2025)

Compulsando o julgado com as disposições jurídicas aplicadas, alcança-se a conclusão que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, os Municípios possuem competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, CF/88) e para suplementar a legislação federal e estadual no que couber (art. 30, II, CF/88).

Compulsando detidamente os presentes autos eletrônicos, identificam-se problemas significativos relacionados à competência legislativa e aos princípios constitucionais que regem a matéria, em colisão frontal com as alegações de interesse local e competência municipal aduzidas na justificativa.

O principal obstáculo constitucional reside na **competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal**, conforme estabelece o artigo 22, inciso I, da Constituição Federal. Embora o projeto **trate formalmente de multa** administrativa, **aborda condutas já tipificadas na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas)**, que estabelece o porte de drogas para consumo pessoal como infração penal *sui generis*.

A questão se agrava **quando consideramos que a Lei de Drogas já prevê medidas específicas para o usuário, como advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e comparecimento a programa ou curso educativo**. A criação de multa municipal sobre a mesma conduta pode configurar ***bis in idem*** administrativo-penal, violando o princípio da proporcionalidade e criando dupla penalização pela mesma conduta.

Outro aspecto constitucional relevante diz respeito à competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local, prevista no artigo 30, inciso I, da Constituição. Embora o combate ao uso de drogas possa ter reflexos locais, a **tipificação e as consequências**



jurídicas do porte e consumo de entorpecentes são matérias de interesse nacional, não se enquadrando no conceito de "peculiar interesse local" que justificaria a competência municipal.

Do ponto de vista **da política criminal, o projeto contraria a orientação da Lei de Drogas, que adotou uma abordagem diferenciada para o usuário**, reconhecendo que o dependente químico necessita de tratamento, não de punição. A criação de multa pecuniária pode aprofundar a vulnerabilidade social de pessoas em situação de dependência, contrariando os princípios da dignidade da pessoa humana e da proporcionalidade.

A destinação dos recursos prevista no artigo 3º, §3º, embora tenha finalidade louvável, não supera os vícios de competência e pode configurar uma forma indireta **de arrecadação sobre conduta já regulamentada pela União**, erigindo substancial insegurança jurídica significativa, posto que os cidadãos ficariam sujeitos simultaneamente às medidas previstas na Lei de Drogas federal e às sanções municipais, sendo que parte da causa da possível lacuna de conflito tem origem flagrantemente inconstitucional.

A fundamentação constitucional apresentada, embora cite corretamente os dispositivos da Constituição Federal, faz uma interpretação extensiva questionável. O artigo 30, inciso I, que trata da competência municipal para assuntos de **interesse local, não autoriza, por si, o Município a legislar sobre matérias já exaustivamente regulamentadas pela União, especialmente quando há sobreposição com normas de natureza penal.**

É o parecer, salvo melhor juízo.

2. REGIMENTALIDADE

O Projeto cumpre as exigências regimentais, não havendo nada a acrescentar neste aspecto.

3. REDAÇÃO

O Projeto não atende as exigências redacionais estabelecidas na Lei Complementar nº. 95, de 26 de fevereiro de 1998.

4. CONCLUSÃO

O projeto apresenta inconstitucionalidade flagrante, recentemente confirmada pelo TJMT nos autos da AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 10165908120258110000, julgada em 16/09/2025.

5. VOTO

Voto do relator pela rejeição.

Cuiabá-MT, 3 de dezembro de 2025

